

## **Mulheres: O gênero nos une, a classe nos divide**

**Publicado na Revista Marxismo Vivo**

*Cecília Toledo Jornalista e membro da Secretaria Nacional de Mulheres do PSTU (Basil)*

A desigualdade da mulher no capitalismo vem se aprofundando nos últimos anos, sobretudo nos países explorados. A discussão de por quê isso ocorre reveste-se de um caráter acadêmico e tudo o que se refere à opressão da mulher é rotulado como sendo uma questão de gênero.

Depois das grandes mobilizações feministas dos anos 60 e 70, as mulheres voltaram para casa, e as discussões feministas transferiram-se das ruas para as salas de aula das universidades. Surgiram os chamados Estudos da Mulher e posteriormente Estudos de Gênero, sobretudo nos países imperialistas, e a luta pela liberação da mulher perdeu o que tinha de mais progressivo: o método de luta, as manifestações massivas, a mobilização, que envolvia outros setores da sociedade. Sob a direção de correntes de classe média e intelectuais, sem a participação massiva da mulher trabalhadora, a luta feminista tornou-se ainda mais reformista, contentando-se com ampliar os espaços da mulher na democracia burguesa, como fica claro nesta declaração da feminista argentina Mabel Bellucci: “A expressão Estudos da Mulher identifica esse nova empresa intelectual disposta a democratizar aqueles espaços produtores de conhecimento, onde as mulheres não se sentem representadas por estarem excluídas como sujeitos e objetos de estudo”<sup>1</sup>.

Nesses últimos trinta anos, muita literatura foi produzida sobre o tema, em especial na Inglaterra, Estados Unidos, Espanha, Itália e França. Os catálogos das grandes editoras e os programas de congressos, conferências e cursos universitários o confirmam, assim com a pluralidade de posições teóricas existentes. Tanto que já se fala em teoria feminista, que fundamenta toda uma área

chamada estudos de gênero.

Dentro dos marcos do capitalismo, esses estudos são importantes porque tornam cada vez mais visível a desigualdade da mulher e, em alguns países, sobretudo nos países imperialistas, essa produção acadêmica de fato conseguiu ampliar os espaços da mulher na sociedade. No entanto, é preciso polemizar com essa postura porque, ao centrar a opressão da mulher na desigualdade de gênero, restringe sua luta aos marcos do capitalismo – tornando-a uma luta por reformas dentro do sistema capitalista – e ignora o problema de classe, levando a uma política de buscar unir todas as mulheres, independente da posição que ocupam no modo de produção.

### **Gênero e autonomismo**

O que significa falar em gênero? Recentemente, por ocasião da Marcha Mundial das Mulheres 2000, a conhecida feminista inglesa Juliet Mitchell foi muito assediada pela mídia e numa dessas entrevistas, explicando como se tornou feminista, declarou que foi um choque para ela descobrir, “já na universidade, que o mundo era organizado ao redor das diferenças de gênero; que havia, por exemplo, 1 mulher para cada 12 homens em Oxford”.<sup>2</sup> A pesquisadora espanhola Maria de Jesús Izquierdo reconta a história da história da humanidade, desde a divisão sexual do trabalho, afirmando que desembocou no que ela chama “gêneros sociais”:

A desigualdade das mulheres é um processo que começa com a divisão sexual do trabalho e se consolida com a constituição dos gêneros sociais: se você é mulher, tem de fazer determinadas coisas, se é homem, outras. O passo seguinte é considerar femininas as atividades feitas pelas mulheres e masculinas aquelas feitas pelos homens. O terceiro passo é diferenciar o tratamento recebido (respeito, reconhecimento, meios de vida, estilo de vida) pelas pessoas que realizam atividades femininas e os que realizam atividades masculinas. Nesse momento dizemos que têm caráter de gênero, as pessoas, independentemente de qual seja seu sexo, são tratadas segundo um padrão específico, o de gênero.<sup>3</sup>

Note-se que ela fala em gêneros sociais, uma terminologia que insinua uma gênese para a sociedade capitalista diferente da que se conhece até então; dá a entender que a constituição social se faz em torno dos gêneros, e não em torno das classes sociais, que foram deixadas de lado. O passo seguinte é mostrar que a sociedade se estrutura em gêneros. “O que estrutura a sociedade é o gênero”, porque praticamente todos os âmbitos da vida têm o caráter de um ou outro gênero, e que a sociedade viria abaixo ou mudaria seus fundamentos se se rompesse com as posições de gênero. Para ela, o aspecto fundamental da estrutura de gêneros é a inter-relação entre a posição social do “ganhador de pão” e a da “dona-de-casa”, pois “a maior parte das atividades está organizada dando por assentado que em toda casa há uma dona-de-casa.

Os homens não estão submetidos à tensão estrutural entre o trabalho doméstico e o trabalho remunerado. As mulheres sim. Mantêm uma dedicação parcial tanto no trabalho remunerado como no doméstico, e vivem por isso, uma grande frustração, mal-estar, insatisfação. Não mudam de posição na estrutura social, mas “meio ocupam” duas posições ao mesmo tempo. Daí ela conclui que, ainda que as mulheres não estivessem discriminadas no trabalho, teriam poucas possibilidades de serem promovidas, porque não é possível que rendam tanto quanto os homens. O peso da estrutura da sociedade sobre a mulher é tão importante que torna isso impossível.

Virgínia Vargas e Wicky Meyen definem o gênero como parte de um sistema:

Definiremos o sistema sexo/gênero como o conjunto de atitudes mediante as quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos de atividade humana e através da qual estas necessidades são satisfeitas. Não é então só uma relação entre mulheres e homens, mas um elemento constitutivo das relações sociais em geral que se expressa em símbolos, normas, organização política e social e nas subjetividades pessoais e sociais.

As duas pesquisadoras vão mais além e concluem que as mulheres não podem ser reduzidas à sua condição de gênero, porque, em

cada indivíduo convivem diferentes posições subjetivas; cada agente social está inscrito em uma multiplicidade de relações sociais: de produção, de raça, de nacionalidade, etnicidade, gênero, sexo, etc, cada uma dessas relações específicas não podem ser reduzidas nem unidas às outras. E cada uma delas determinam diferentes subjetividades.

Dessa forma, criam um mundo aparentemente complexo, onde tudo se relaciona e onde não existe uma hierarquia das coisas, como se as relações de produção e as de raça, sexo, gênero, nacionalidade etc estivessem no mesmo nível, sem que uma determinasse a outra. Daí traçam a política que ficou conhecida como autonomismo. “A autonomia, dizem, é uma forma de gerar um espaço de manobra para as mulheres e de iniciar um processo de crescimento pessoal e coletivo que assegure o questionamento às diferentes formas que assume sua subordinação, assim como a capacidade de desenvolver controle e poder sobre suas vidas, suas organizações e sobre seus contextos sociais, econômicos, políticos e culturais específicos”. Seria a organização autônoma das mulheres para lutarem por seus direitos e abrirem espaço na sociedade. Essa idéia do autonomismo é enganosa porque, se bem é um fato que as mulheres, quando se sentem oprimidas, buscam se juntar a outras mulheres, isso não significa que sua luta contra a opressão vai se resolver apenas por essa via. Essa luta só vai produzir algum fruto se se somar à luta do conjunto dos trabalhadores para enfrentar o capital. Sem buscar alterar profundamente a organização social e econômica sobre a qual se assenta a opressão feminina, a luta das mulheres tende a girar em torno de si mesma.

Essa concepção do autonomismo e dos gêneros como estruturantes da sociedade foi sendo construída em oposição a uma visão marxista sobre o problema da mulher, considerada reducionista e economicista. Virginia Guzmán, do Centro da Mulher Peruana Flora Tristán, argumenta que a subordinação feminina é um problema diferente do problema das relações de classe. Ela ataca as feministas marxistas, por considerarem que “todos os processos sociais são conseqüências ou epifenômenos de uma estrutura econômica – expressiva de uma sociedade de

classes dependente do capitalismo mundial -. Os sujeitos sociais portadores da mudança estavam hierarquizados somente por sua posição de classe”.<sup>4</sup> Essa acusação visa a demonstrar que agora as mulheres têm uma visão “mais completa e global” de sua condição, e não mais uma visão reducionista, “apenas” classista do problema, porque o que estrutura a sociedade não são mais as classes sociais, como afirma o marxismo, mas os gêneros.

De fato, quando se fala em opressão da mulher não se pode utilizar apenas categorias econômicas. A opressão é um conjunto de atitudes que envolvem também categorias psicológicas, emocionais, culturais e ideológicas. A correspondência entre estas e a estrutura econômica da sociedade é muito complexa e varia de acordo com as épocas históricas. Desde que Marx escreveu O Capital, descrevendo as leis gerais que regem o modo de produção capitalista, muitas outras ciências se desenvolveram, entre elas a psicanálise, sem falar na antropologia e na sociologia, que ajudaram a lançar luz sobre o problema da superestrutura ideológica da sociedade e sua relação com a estrutura de produção. No entanto, todas elas, em sua busca por uma resposta aos problemas que afligem os homens em momentos históricos determinados, sempre tiveram de voltar os olhos para o que ocorria nas condições materiais de vida. Não é uma relação mecânica, não há uma correspondência direta e universal entre uma e outra. As leis econômicas determinam as leis ideológicas em última instância. No entanto, nós não partimos das inúmeras formas de opressão (da mulher, do negro, dos idosos, dos homossexuais, dos imigrantes etc) para explicar as leis gerais da sociedade, mas o contrário. Seria fazer o mesmo que tentaram os filósofos reacionários da época de Marx e Engels, demonstrar teoricamente que era impossível conhecer a realidade objetiva, reduzindo a missão da ciência a “analisar as sensações”. É preciso partir da concepção materialista da história, tal como a colocou Marx:

“(...) determinados indivíduos que se dedicam de um determinado modo à produção, contraem entre si estas relações sociais e políticas determinadas. A observação empírica tem necessariamente que ressaltar em cada caso concreto,

empiricamente e sem nenhum tipo de ocultamento ou especulação, a relação existente entre a estrutura social e política e a produção. A estrutura social e o Estado brotam constantemente do processo de vida de determinados indivíduos; mas desses indivíduos, não como possam se apresentar diante da imaginação própria ou alheia, mas tal e como realmente são; ou seja, tal e como atuam e como produzem materialmente e, portanto, tal e como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, premissas e condições materiais, independentes de sua vontade.”<sup>5</sup>

Por mais complexos que fossem os problemas psicológicos de seus pacientes, Freud buscava sua explicação última nas relações concretas entre os homens, no mundo objetivo; não tinha outro caminho. Ele deu o nome de introjeção ao processo psíquico por meio do qual nossa consciência é formada, o processo de tomar algo que está fora de nós e inculcá-lo dentro de nós. Para Freud, todo sonho era a realização de um desejo que tinha uma ou outra relação com as condições concretas de vida. Assim, demonstrava que nessa multiplicidade de relações sociais nas quais estamos inseridos há uma hierarquia, umas determinam as outras. Para Marx, as relações de produção eram as determinantes.

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual<sup>6</sup>.

### **Gênero, construção cultural**

Quando se fala em gênero feminino e gênero masculino não se fala mais em algo inerente aos seres humanos; não se está tratando do ser genérico, mas do ser histórico, aquele que é constituído historicamente<sup>7</sup>. São construções culturais derivadas das diferenças sexuais existentes entre homens e mulheres. As idéias

do que seja feminino e masculino com as quais convivemos no dia a dia foram se construindo e se transformando ao longo da história. Os gêneros guardam pouca relação com o sexo porque, como explica a psicanalista Emilce Bleichmar, se definem na etapa edipiana (a superação do Complexo de Édipo), quando se passa da biologia para a cultura. O Complexo de Édipo, conforme formulado por Freud, requer determinados pressupostos que só se encontram nas famílias nucleares, características das sociedades capitalistas modernas. As famílias nucleares são típicas do patriarcado e se foram constituindo por razões econômicas, mais que culturais. O que é feminino e o que é masculino também são comportamentos simbólicos típicos das sociedades patriarcais e assentadas no modo de produção capitalista. O modo de produção dominante determina, em última instância, a superestrutura cultural. Não é uma relação mecânica, mas dialética, um embate constante entre a psique humana e sua relação social e econômica, que vai conformando os comportamentos humanos.

Assim, podemos concluir que os gêneros, se guardam pouca relação com o sexo, guardam muita relação com as classes sociais, com a localização da família no modo de produção dominante. A sociedade capitalista está estruturada sobre a divisão dos homens e mulheres segundo a função que cumprem na produção geral de bens. Está dividida entre aqueles que produzem e aqueles que se apropriam do trabalho alheio. É dessa estrutura central que, em última instância, decorrem as ideologias e construções culturais, como os gêneros. Tem razão Maria de Jesús Izquierdo quando diz que todos os âmbitos sociais têm um caráter de um ou de outro gênero. Mas não é isso o que estrutura a sociedade; ela não se assenta sobre essa divisão, e não vai se derrubar se essa divisão acabar, se trabalhar com máquinas passar a ser considerado feminino e cuidar de crianças, masculino.

Jamais as sociedades, em qualquer época histórica, se estruturaram sobre construções culturais. Estas são derivadas de um determinado modo de produção, a maneira com a qual os homens se relacionam para produzir seus meios materiais de vida. E, como já lembrou Marx, as ideologias servem para justificar determinadas relações de produção, e as ideologias dominantes

são as da classe dominante, porque ela e somente ela detém os mecanismos para tornar dominante sua ideologia, sua cultura.

Desde que não afetem a estrutura da sociedade, não alterem o modo de produção dominante, as construções culturais se modificam. Nos anos 20, falar em sexo era proibido; hoje em dia, só se fala nisso na televisão. Até poucos anos atrás, mulher dirigir automóvel ou sentar-se num bar e pedir uma cerveja era malvisto. Hoje, nada disso causa surpresa. Operar máquinas era um trabalho masculino; hoje é preciso dizer que já não tem uma definição tão clara, apesar de a maioria dos operadores de máquinas serem homens. Ser professora sempre foi considerado uma profissão feminina. Hoje, por diversos motivos que não cabe discutir aqui, alguns dos melhores professores são homens. São muitas as transformações operadas na cultura, e elas sempre ocorrem no âmbito das relações humanas quando se opera alguma transformação nas condições materiais de vida, no modo de produção da riqueza.

A divisão sexual do trabalho é apenas simbolicamente assentada em uma suposta divisão entre gêneros. As mulheres da classe trabalhadora sofrem, antes de tudo, uma discriminação entre classes - relação desigual entre elas e as mulheres burguesas, ou entre elas e toda a burguesia - do que uma discriminação entre gêneros (que ocorreria no âmbito de sua própria classe). Inclusive, a discriminação de gênero que a mulher trabalhadora sofre no âmbito de sua própria classe é imposta a partir da classe dominante.

No interior das classes sociais, a questão de gênero é definida pelo papel que essa classe cumpre no modo de produção. Há uma distorção importante nessa premissa, que é o fato de a noção de gênero ser definida a partir da classe dominante. Trabalhar fora era, há poucos anos, considerado masculino. A mulher era exército de reserva. Se na classe burguesa isso não gerava mais que problemas psicológicos para a mulher, na classe trabalhadora esse preconceito era sinal de aumento da miséria, sobretudo quando o marido ficava desempregado. Assim, a situação econômica impôs uma ruptura na ideologia dominante. O que se operou foi uma



transformação nessa ideologia, imposta pelas condições de vida: a crise econômica empurra a mulher para o trabalho remunerado.

Por outro lado, a mulher trabalhadora continua relegada ao trabalho pré-capitalista. Aqui guarda um vínculo forte com o passado, já que a mulher primordial foi a trabalhadora pré-capitalista por excelência. Seja na condição de dona de casa, seja na de trabalhadora assalariada, especialmente na prestação de serviços. As que conseguem integrar o setor formal ou hegemônico, exercem atividades em condições ainda mais subalternas que as masculinas: recebem salários mais baixos, em postos inferiores na hierarquia do trabalho e em tarefas mais desqualificadas<sup>8</sup>.

Pertencer a uma classe social determinada é o que define a qualificação de gênero, e isso é assim porque os homens e mulheres, quando podem, se movem pelo que lhes é decisivo na vida, e não pelo que é determinado pela cultura. A partir do momento em que as representações inconscientes são produzidas pelos homens inseridos em uma situação de vida determinada, apenas a transformação dessa situação de vida poderá conduzir, ainda que lentamente, a qualquer transformação dessas representações inconscientes.

Nas Teses sobre Feuerbach, escritas em 1845, Marx já havia visto que essas idéias e representações não existem de forma autônoma.

A produção das idéias e a consciência está diretamente entrelaçada com a atividade material e o trato material dos homens, como a linguagem da vida real. A formação das idéias, o pensamento, o trato espiritual dos homens se apresentam aqui ainda como emanção direta de seu comportamento material. E o mesmo ocorre com a produção espiritual, tal e como se manifesta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc, de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas idéias, mas se trata de homens reais e ativos tal e como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas.<sup>9</sup>

Daí não ser a liberação da mulher algo da esfera da representação, do espiritual, da moral, mas algo material, histórico. Não se pode liberar a mulher da dominação enquanto ela não esteja em condições de garantir plenamente suas condições materiais de vida. E se não enfrentar o capital, sua luta será utópica, porque não mudará a lei de ferro que mantém a mulher atrelada ao papel tradicionalmente destinado a ela pelo modo de produção capitalista: o de garantir o trabalho doméstico e assim baixar o custo da reprodução da força de trabalho. Por isso esse sistema é uma camisa de força para a mulher, e por mais que a mulher consiga “abrir espaços”, não passarão de conquistas passageiras enquanto não derrubar essa lei de ferro sob a qual o sistema se assenta. Em nível mais geral, não se pode liberar os homens da dominação, e os sexos do conflito em que estão inseridos enquanto não se liberarem dos conflitos que o sistema econômico cria entre propriedade privada e trabalho assalariado.

A desigualdade entre os gêneros como criação cultural só pode ser formulada enquanto tal em uma sociedade onde existem dominados e dominantes, e a mulher cumpre uma função social e econômica enquanto ser dominado. Restringir o problema a uma questão de gênero pode mascarar os determinantes econômicos que separam homens e mulheres das diferentes classes, além de diluir as diferenças que existem entre as mulheres burguesas e proletárias. A questão de gênero se manifesta de forma distinta em cada classe social e tratar de forma globalizante essa questão mascara esse fato, transmite a idéia de que todas as mulheres estão unidas por igual problemática. Apesar de todas sofrerem com a problemática de gênero, sofrem de forma diferente e as saídas para elas são diferentes, de acordo com a classe social a que pertençam. As saídas para as opressões de distintas ordens no capitalismo não são individuais, mas coletivas, e como tal dependem diretamente das transformações operadas na estrutura econômica da sociedade.

O gênero é uma construção social burguesa, é ideologia da classe dominante. Não foram os trabalhadores que definiram o que é masculino e o que é feminino. Foi a burguesia, no seu processo de afirmação enquanto classe que precisava gerir um modo de

produção sentado na exploração de massas e massas de lumpens que vagavam pelas cidades e camponeses despojados de suas terras que depois vieram a se constituir enquanto classe operária. O gênero, portanto, é uma construção social própria do capitalismo, e tem uma essência opressora, de buscar ressaltar as diferenças entre as pessoas, em especial as diferenças que são naturais e contra as quais ninguém pode fazer nada. Como o fato de ser mulher e gerar filhos, por exemplo. O gênero, enquanto construção social, se assenta, portanto, em algo que é da natureza, que não é cultural.

### **A origem da opressão**

Um ponto chave nessa discussão é a origem da opressão da mulher. E existem distintas formas de abordar isso. O feminismo acadêmico divide a teoria feminista em três grandes perspectivas ou enfoques: a teoria feminista liberal, a teoria feminista marxista e socialista e a teoria feminista radical.<sup>10</sup> Para as feministas liberais, a causa principal da opressão da mulher é a injusta discriminação – legal e de outros tipos – a que está sujeita, que a priva do direito à auto-realização e à busca de seu próprio interesse, um direito que deve ser considerado idêntico ao do homem. Por isso, ao criticar as normas e costumes sexuais contemporâneos, as liberais usam quase exclusivamente conceitos de liberdade e igualdade. Suas propostas políticas para mudar a situação de subordinação da mulher consistem em alcançar a igualdade com os homens. Afirmam que não basta a igualdade formal, mas a igualdade autêntica, que só se poderá alcançar com a reestruturação da sociedade, quando homens e mulheres compartilhem, tanto na esfera pública quanto privada, as responsabilidades até então divididas conforme o sexo.

O feminismo radical toma como a causa principal da opressão da mulher o patriarcado, “um conflito sexual transhistórico que os homens resolveram até o momento a seu favor, controlando os corpos, a sexualidade e os processos reprodutivos das mulheres”.<sup>11</sup> Apesar de menos influente que o feminismo liberal, a teoria feminista radical vem exercendo atração sobre as feministas descontentes com o liberalismo. É um fenômeno cujas raízes

podem ser buscadas no movimento de liberação das mulheres do final dos anos 70 e a new left norte-americana, de inspiração parcialmente marxista. Apesar da grande heterogeneidade de posições que se abarcam sobre esse rótulo, todas têm em comum a preocupação com a biologia reprodutiva humana; a concepção de que a biologia feminina é básica para a divisão sexual do trabalho, que se assenta na subordinação da mulher, e o papel relevante que atribuem à cultura e a socialização, já que “a mulher não nasce mulher, mas se faz mulher”.

Em conseqüência, as feministas radicais consideram que a opressão das mulheres não pode ser erradicada reformando-se as leis e fazendo com que homens e mulheres compartilhem por igual as responsabilidades que antes eram divididas em função do sexo, como postulam as feministas liberais, nem compartilhando em pé de igualdade as instituições políticas e econômicas, como defendem as feministas socialistas. É preciso uma reconstrução radical da sexualidade. Isto explica porque muitas de suas políticas pretendem identificar os aspectos da construção social da feminilidade que servem para perpetuar a dominação masculina: a maternidade forçada e diversas formas de escravidão sexual, incluindo o assédio e a pornografia.

Quanto às propostas de atuação, costumam defender formas de separatismo entre homens e mulheres. Apesar de a defesa das organizações políticas separadas, pelo menos em forma temporária, ser compartilhada por todas as correntes, as radicais vêem estas como único caminho para alcançar a liberação das mulheres. Se diferenciam das demais correntes por dar ênfase ao compromisso feminista.

As feministas radicais buscam uma resposta universal à pergunta de por que as mulheres estão submetidas aos homens, e afirmam que a natureza é a única causa do domínio dos homens. A versão mais conhecida desse argumento está no livro *A Dialética do Sexo*, de S. Firestone. Ao mesmo tempo em que ataca a separação liberal entre público e privado, ela se mantém dentro do marco do individualismo abstrato. Reduz a história da relação entre natureza e cultura, ou entre privado e público, a uma oposição entre

feminino e masculino. Afirma que a origem do dualismo reside na “própria biologia e na procriação”, uma desigualdade natural ou original que é a base da opressão da mulher e fonte de poder e ainda mobiliza milhões de mulheres no mundo inteiro contra a opressão masculino. Os homens, ao confinar as mulheres ao espaço da reprodução (à natureza), se liberaram a si mesmos para “os negócios do mundo”, e dessa forma criaram e controlaram a cultura. A solução proposta consiste em eliminar as diferenças naturais (desigualdades) entre os sexos, introduzindo a reprodução artificial. Então, a “natureza” e a esfera privada da família ficariam abolidas e os indivíduos, de todas as idades, agiriam como iguais no espaço público.

### **A raiz da opressão**

É claro que existem diferenças biológicas entre homens e mulheres. No entanto, não é isso o que determina a desigualdade entre eles no capitalismo. A estratégia do capital é justamente aproveitar-se de uma diferença natural para manter a mulher submetida e melhor explorar seu papel na sociedade. O mesmo faz com os negros, os imigrantes, os idosos.

Assim, por identificar que a raiz da opressão da mulher é econômica e não ideológica ou cultural, o marxismo foi o único que conseguiu dar uma resposta concreta ao problema. A linha divisória estabelecida por Marx e Engels desde o Manifesto é a que existe entre o socialismo utópico e o socialismo científico. Os socialistas utópicos pré-marxistas, também defendiam a emancipação da mulher. Mas sua defesa se assentava sobre princípios morais e desejos abstratos, não sobre uma compreensão das leis da história e da luta de classes. O marxismo proporcionou, pela primeira vez, uma base materialista científica para a emancipação feminina. A mulher não nasceu oprimida; sua opressão e exploração é também anterior ao capitalismo. Ela coincide, na história, com o surgimento da opressão e exploração do conjunto dos homens e mulheres que trabalham. O capitalismo acirrou essa opressão, encontrando novas formas de exploração ao assentar-se sob classes sociais distintas. O marxismo apenas expôs as raízes dessa opressão, sua relação com um sistema de produção

baseado na propriedade privada e com uma sociedade dividida em classes, na qual todas as relações são relações de propriedade.

Por ter compreendido que a opressão da mulher tem uma raiz econômica (porque do que se trata aqui é de descobrir a raiz do problema e não suas derivações culturais e psicológicas), o marxismo pôde apontar o caminho para conseguir sua liberação: a abolição da propriedade privada, única forma de proporcionar as bases materiais para transferir à sociedade em seu conjunto as responsabilidades domésticas e familiares que recaem sobre os ombros da mulher. Livres dessas cargas, dizia Marx, as massas de mulheres poderão romper os grilhões da servidão doméstica e cultivar suas plenas capacidades como membros criativos e produtivos da sociedade, e não apenas reprodutivos.

## **Gênero e mercado de trabalho**

Apesar de o capitalismo se aproveitar das diferenciações de gênero, essa não é a causa primordial da opressão da mulher. Ela apenas agrava a situação da mulher trabalhadora e pobre. A situação social das mulheres se caracteriza pela desigualdade e, no fundo de qualquer um dos aspectos em que se manifesta essa desigualdade está o trabalho, porque está relacionada diretamente com a forma como a mulher trabalhadora concilia sua condição de reprodutora do capital e de força de trabalho.

No estudo “Mudança Tecnológica e Gênero no Brasil”, Alice Rangel de Paiva aborda os impactos da nova tecnologia microeletrônica sobre a divisão e a organização do trabalho. Segundo a autora, o estudo das qualificações, das trajetórias ocupacionais e das formas de gestão passa pela articulação da problemática da divisão sexual do trabalho com a categoria gênero, que lhe confere a dimensão histórico-social essencial para um real aprofundamento da questão.

A autora parte da análise das transformações operadas no trabalho feminino a partir dos anos 80. Houve uma incorporação maciça de mulheres no mercado de trabalho brasileiro (a taxa de atividade

feminina cresceu de 33,6% em 1979 para 38,7% em 1989), enquanto a taxa de atividade dos homens se mantinha praticamente estável no mesmo período. Esse movimento estaria acoplado a uma nítida terceirização da economia e a um sensível aumento de assalariamento do emprego urbano que se dá, no entanto, de forma bastante precária, uma vez que diminui ao longo da década o número de assalariados com carteira de trabalho assinada. Entre as mulheres, apenas 55% das assalariadas têm carteira assinada no Brasil.

A autora busca analisar esse período de “modernização da estrutura industrial brasileira” do ponto de vista da divisão sexual do trabalho porque, segundo ela, se a classe operária tem dois sexos, a mudança tecnológica só pode ser entendida a partir de uma perspectiva de gênero.

Aqui fica claro, portanto, que a autora descarta uma perspectiva de classe para analisar a mudança tecnológica. Mas, segundo a perspectiva de gênero, no nosso entender a autora não consegue dar resposta ao problema de por que a mulher continuou sendo discriminada no mercado de trabalho com a modernização da estrutura industrial. E isso se deve, justamente, por não ter adotado uma perspectiva de classe.

Alice Rangel afirma que a idéia largamente difundida nos anos 60 de que as novas tecnologias microeletrônicas, ao eliminarem trabalhos pesados e sujos, iriam permitir uma maior igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho foi sendo desmentida ao longo das duas décadas seguintes, diante da constatação irrefutável das diferenças que mantinham o fosso entre o trabalho qualificado dos homens e o trabalho desqualificado das mulheres.

Ela tem razão, mas essa constatação deve ser compreendida do ponto de vista da exploração do conjunto dos trabalhadores, porque as novas tecnologias servem aos interesses do capital e não para aliviar a exploração da classe. Elas eliminam trabalhos pesados e sujos, e com isso empregam mais mulheres, mas não a preocupação de interferir na desigualdade de gênero e sim obedecendo a lógica do capital, ou seja, a busca de reduzir custos

e aumentar o rendimento do capital fixo.

Alice Rangel dá outro argumento que só reforça isso:

A feminização crescente da força de trabalho europeia e americana neste final de século não foi acompanhada da sonhada igualdade no emprego. Especialmente na indústria de transformação, os guetos ocupacionais masculinos e femininos foram de fato reforçados.

Para ela, isso mostra que a utilização de mão-de-obra feminina não se explica por imperativos técnicos. Se não é por imperativos técnicos, ou seja, a suposta capacidade de a mulher para lidar com alta tecnologia, então tampouco se explica por uma questão de gênero, porque a informatização, por exemplo, criou novos postos de trabalho para mulheres, sobretudo num gueto tradicionalmente feminino, como é o setor bancário. Assim, a mulher não ficou totalmente alijada da alta tecnologia e, no entanto, isso não trouxe maior igualdade para ela no mercado de trabalho. Se fosse por uma questão de gênero, isso não se explicaria, porque a mulher e o homem se igualam na maioria dos trabalhos. Prova disso é a própria revolução industrial, quando o advento da máquina a vapor levou à incorporação em massa da mulher nas fábricas. O capital confiscou a mão-de-obra feminina para fazer a máquina render mais; nas grandes concentrações fabris trabalhavam, lado a lado, homens e mulheres. Ela era superexplorada devido à dupla jornada e recebia salário inferior porque na família patriarcal o salário da mulher é visto como complementar ao do homem.

Além disso, Ricardo Antunes lembra que “na divisão sexual do trabalho operada pelo capital dentro do espaço fabril geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo (as de alta tecnologia) são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo, são destinadas às mulheres trabalhadoras (e, muito frequentemente também aos trabalhadores/as imigrantes e negros/as)”<sup>12</sup>. Portanto, esses postos onde a exploração da mão-de-obra é maior não se destinam só às mulheres, mas também aos homens imigrantes e homens negros. Ou seja, aos setores mais oprimidos e



“desqualificados” da classe trabalhadora.

O capital qualifica a classe trabalhadora de acordo com seus interesses e suas necessidades, a cada momento, não de acordo com os interesses do trabalhador. Este se desemprega conforme sua força de trabalho atenda ou não ao interesse do capital naquele momento, conforme o mercado o absorva ou o descarte. O que é trabalho “feminino” e “masculino” é definido a partir da necessidade do capital de auferir mais lucro e se utiliza da força de trabalho disponível, utilizando-se inclusive de suas diferenciações internas (entre sexo, idade, cor etc) para este ou aquele emprego, aumentando seu rendimento. A opressão da mulher, do negro, do imigrante tem a ver, portanto, com uma lógica superior, que determina todas as demais: a necessidade do capital de reproduzir-se continuamente. O emprego de novas tecnologias servem aos interesses do capital nessa empreitada, e não para aliviar a exploração da classe trabalhadora de conjunto. Os trabalhadores não detêm o controle sobre seu uso, e quanto mais elas são empregadas, mais agravam a falta de controle que ele tem sobre sua própria força de trabalho. Por isso, aprofundam a exploração e a divisão sexual do trabalho.

É claro que nesse mecanismo, os setores mais discriminados da classe trabalhadora sofrem graus especiais de exploração, de onde o capital tira um lucro extra. Por isso, o capital não se preocupa com aliviar essa discriminação; se em alguns momentos faz adaptações na tecnologia empregada para que seja operada por mulheres, o faz no sentido de extrair mais lucratividade do capital fixo, e não por uma suposta busca por igualdade entre a mulher e o homem. É o que ocorre nas Zonas Francas, como a de Manaus, no norte do Brasil, por exemplo, que emprega mais de 30% de mulheres no setor de produção, e se assemelham às zonas francas industriais asiáticas e a do México, consideradas como “indústrias maquiladoras”. Como nessas outras Zonas Francas, na de Manaus predominam as atividades intensivas em mão-de-obra e, como informa a pesquisadora Edila Ferreira, são extremamente desgastantes da acuidade visual e equilíbrio motor. As indústrias empregam força de trabalho jovem, abundante, barata e não-especializada, recebem incentivos fiscais que incluem a isenção

de impostos, instalam-se num local privilegiado, a 8 km do centro de Manaus, dispondo já de ruas asfaltadas, iluminação pública, sistema de água e esgoto, telefone e telex, enfim toda a infraestrutura necessária para a instalação da moderna tecnologia internacional. O setor privilegiado aí é o eletroeletrônico, com o maior número de empresas implantadas e cuja mão-de-obra é 75% feminina e, dentro da divisão internacional do trabalho, realizam a montagem final do produto com partes produzidas em outros países.

A pesquisadora Edila Ferreira entrevistou gerentes de empresas de Manaus, e as respostas desses gerentes mostram 1) como o capital se aproveita do problema de gênero para melhor explorar a mulher como força de trabalho, 2) como a opressão está a serviço da exploração e 3) como a opressão não existe em si mesma, deslocada do modo de produção e da divisão social em classes. Vejamos alguns desses depoimentos:

Damos preferência ao trabalho feminino por ser a mulher mais submissa e mais cativa; é mais fácil de se submeter à monotonia do trabalho de montagem do que o homem (gerente de produção de indústria eletroeletrônica).

Homem nenhum se submete a um trabalho monótono e repetitivo deste, de passar o dia inteiro a soldar pequenas pontas de fios. Isto é um trabalho que só a paciência das mulheres permite fazer (chefe de pessoal de indústria de televisores).

O trabalho é feminino porque é serviço manual. Para a mulher, é mais prático. Elas ficam naquele servicinho mesmo. Os homens procuram logo se tornar operador (chefe de produção de fábrica de compensados).

Esses relatos comparam a mulher e o homem e mostram que, contraditoriamente ao que parece, o capital dá preferência ao homem e não à mulher como força de trabalho; aceita a mulher porque o homem está mais sob pressão (como disse um gerente, “se eu tivesse trezentos homens em vez de mulheres, os problemas seriam bem maiores”). Mas sobretudo do que se aproveita o capital é da abundância de mão-de-obra disponível.

Essa relação é a que determina como, quando e em que grau o empregador dá preferência ao homem ou à mulher. Dá preferência a uma força de trabalho que seja submissa; independente do sexo. E isso tem a ver também com a correlação de forças entre as classes num determinado momento, que vai determinar se a força de trabalho está disposta a aceitar ou rejeitar o grau de exploração que é imposto. Ao nosso ver, esse é o determinante nas relações de produção e não as questões relativas às diferenças sexuais e de gênero. Em momentos de crise, o capital apela para o que de mais desqualificado existe entre a força de trabalho, porque o que tem a oferecer é um trabalho repetitivo, sem qualificação alguma, e precisa baixar o preço da mão-de-obra para compensar o que tem de retorno. A partir dessa situação concreta surgem os estereótipos de gênero ou se aproveitam os estereótipos já existentes.

Ocorre o mesmo em relação à hierarquia salarial. No ramo de confecções, por exemplo, o corte da fazenda é a única função dentro da produção que é desempenhada por homens, e justificada como uma tarefa pesada, necessitando de firmeza nos movimentos. O salário pode ser até três vezes maior que o das mulheres. Enquanto as mulheres só podem atingir no máximo um salário e meio, aquelas consideradas profissionais, o cortador pode ultrapassar três salários mínimos. Cortar fazenda sempre foi uma tarefa historicamente feminina (diríamos, então, de gênero feminino) mas aqui não está sendo desvalorizada por isso. Pelo contrário. Passa a ser atribuída ao homem devido à carga de responsabilidade que exige, com a qual a mulher, supostamente, não poderia arcar. Nas indústrias de montagem de televisores de Manaus, a embalagem é uma atividade masculina e melhor remunerada (20% a mais que as outras), não só por exigir maior esforço físico, mas também por ser considerado um trabalho de maior responsabilidade. Em geral, os setores de ponta da economia tendem a absorver força de trabalho masculina, independente do gênero do trabalho, justamente porque se considera a mulher menos responsável. É o que ocorre, por exemplo, com a indústria têxtil, que tradicionalmente emprega maioria de mulheres, mas quando é o ramo de produção importante em um país, como no caso da Venezuela, por exemplo, emprega maioria de homens.

Em todos esses casos, o gênero da tarefa não foi levado em conta para baixar o salário, mas a sua importância na linha de produção. A mulher fica com as tarefas de menor importância, porque é considerada menos “responsável” e isso serve para aumentar a exploração do conjunto dos trabalhadores, baixando os custos da folha de pagamento.

A qualificação é outra construção social, definida de acordo com os interesses da burguesia e não da classe trabalhadora. Lembremos a afirmação de Marx de que o homem é versátil por natureza<sup>13</sup>, e pode aprender e desenvolver uma infinidade de tarefas. O capitalismo, além de criar a subdivisão do trabalho, concede prêmios a especialidades parciais e unilaterais, e produz uma camada de trabalhadores não-qualificados, elevando a ausência de qualificação a um novo tipo de especialidade. Marx reconhecia que uma certa divisão de trabalho era necessária na sociedade industrial, mas não uma divisão em especialidades tão estreita e permanente que impedisse o desenvolvimento total do indivíduo<sup>14</sup>.

A mulher genérica é versátil por natureza. No entanto, a sociedade de classes a conforma segundo os interesses do capital. Ser operadora de máquina, exercer as tarefas mais mecânicas e repetitivas, não assumir cargos que exijam decisão e responsabilidade, enfim, ser um trabalhador não-qualificado: essa é a especialidade da mulher no capitalismo. E isso se faz em nome do gênero, para que ela não abandone as tarefas de reprodução da mão-de-obra no lar, de onde o capital extrai uma parte de mais-valia; continue se ocupando das tarefas domésticas, com as quais supre as deficiências do Estado em relação aos serviços públicos, receba salários precários e sirva de mão-de-obra barata e descartável. Essas mazelas, que têm relação direta com o gênero feminino, não têm nele a sua explicação concreta. Isso tudo ocorre porque não existe pleno emprego para todos, e o capital precisa se administrar. Se aproveita desses dados culturais e os aprofunda na direção que lhe interessa, para pôr e dispor da mão-de-obra.

### **Uma chaga do capitalismo**

Como toda questão cultural, a desigualdade entre os gêneros não é

igual em todo o mundo. Nos países imperialistas é mais atenuada, porque a mulher fez mais conquistas. A França acaba de votar uma série de leis para reduzir a desigualdade de oportunidades para a mulher no mercado de trabalho, e a Inglaterra votou a remuneração do trabalho doméstico. Para que essas concessões fossem feitas, aprofundou-se a opressão e a exploração da mulher nos países dependentes.

Há mais desigualdade de gênero quanto mais dependente é o país e mais explorada a mulher. Quanto maior a exploração, maior a barbárie, e barbárie significa para a mulher violência e costumes religiosos retrógrados. Na África, costumes selvagens, como a mutilação do clitóris, sobrevivem sem grandes chances de abalo, mesmo com as furiosas campanhas feministas de denúncia. Nos países muçulmanos, como o Afeganistão, a Arábia Saudita, o Paquistão, as leis seculares do Corão estão em pleno vigor, e as mulheres sendo assassinadas a pedradas por seus maridos ou irmãos. A miséria espantosa em países como Bangladesh, por exemplo, impede à mulher até mesmo um direito natural, que é o de ser mãe, já que a fome a torna impotente para gerar filhos. Na China, com a restauração capitalista, as mulheres, que chegaram a ser as mais emancipadas do mundo, sofreram grandes derrotas. E hoje no campo chinês ocorre o maior número de suicídios de mulheres por enforcamento ou envenenamento do mundo. Com a volta do capitalismo também voltou um costume ancestral de seqüestro de mulheres para trabalharem como prostitutas. A restauração capitalista é o que explica a volta, em Cuba, da degradação feminina. A ilha voltou a ser como nos tempos de Batista, um paraíso para turistas estrangeiros se divertirem com as prostitutas, na maioria jovens com diploma universitário, que não encontram emprego. Só a luta de classes explica esses fatos.

O desemprego crônico, que havia sido superado nos estados operários, agora se agrava a cada dia em todo o mundo. O emprego é crucial para a emancipação da mulher, ou para se traçar qualquer “política de gênero”. O trabalho, a oportunidade de desfrutar de um emprego com direitos trabalhistas, um salário digno, creche e outros benefícios é fundamental para qualquer trabalhador, em especial para a mulher. É a pedra de toque para

sua independência e sua liberdade, para que ela consiga minimizar a opressão, a violência e a miséria. Basta observar como no Afeganistão, talvez o caso mais extremo de atentado aos direitos da mulher, uma das primeiras proibições para elas por parte do governo Taleban foi ao trabalho.

O desemprego estrutural é um retrocesso na emancipação feminina. Uma mulher que trabalha, que pode alcançar certa independência, não é tão fácil de se submeter quanto uma mulher que permanece trancada em casa, encerrada no núcleo familiar, sem perspectivas de vida. Nos países pobres, uma mulher que encontre um emprego pode aumentar em muito seu grau de independência, de poder decisório, e ter acesso à educação, à formação profissional. A diferença, simplesmente, entre saber ler e escrever ou não saber, pode ser decisiva. Do ponto de vista da classe trabalhadora, uma mulher que trabalha é uma mulher que pode participar do sindicato e dos movimentos políticos, e pode se localizar no seio de sua classe. Isso significa um ganho para a classe trabalhadora. Se algo se avançou no terreno dos direitos da mulher, isso se deveu em grande parte ao fato de que elas se incorporaram cada vez mais ao mercado de trabalho.

Nos países dependentes, a entrada da mulher no mercado de trabalho não significa maior igualdade nem maiores direitos. O capital vem conseguindo transformar esse passo fundamental da mulher em direção à sua emancipação em uma forma de aprofundar a sua exploração. A maior parte das trabalhadoras que se incorporam ao mercado de trabalho o fazem em setores informais, precários, e são alvos fáceis da superexploração capitalista, acumulando o trabalho doméstico. As novas tecnologias aprofundam a divisão sexual do trabalho. Além disso, a opressão feminina torna-se ainda mais injusta quando se lembra que seu trabalho não é acessório ou complementar ao do homem, mas é imprescindível para a economia e a sobrevivência de milhões de famílias. Segundo a OIT, o trabalho das mulheres é a principal fonte de ingressos para 30% dos lares do mundo. Na Europa, 60% das trabalhadoras aporta a metade ou mais dos ingressos do grupo familiar. Na Índia, 60 milhões de pessoas vivem em lares mantidos unicamente por mulheres. Na América

Latina, metade de toda a produção agrícola sai de mãos femininas.

Portanto, garantir trabalho para a mulher é uma reivindicação fundamental para garantir a emancipação feminina. O direito ao trabalho remunerado é inalienável não só para os homens, mas também para as mulheres. A autonomia de uma pessoa é impossível se ela carece de ingressos próprios. Como diz Maria Jesús Benito<sup>15</sup>, enfrentar o problema pela raiz implica enfrentar o fato de que obter um emprego é uma necessidade, não um desejo. A crítica ao princípio de igualdade de oportunidades deve necessariamente vir acompanhada de uma exigência, que toda mulher adulta sem emprego remunerado deve ser contabilizada nas estatísticas de desempregados e não declarada como dona de casa. É uma forma de encobrir o desemprego feminino, extremamente alto em todos os países.

Não é a desigualdade de gênero que explica isso. É a desigualdade de classe. A mulher não tem emprego porque não há emprego para a classe trabalhadora de conjunto. Num sistema baseado no sucateamento da classe trabalhadora, seus setores mais oprimidos são os mais afetados. Os estudos de gênero vêem aí o problema central. Referindo-se, por exemplo, à fome na África, dizem que apesar de a mulher ter um papel primordial na produção agrícola, produzindo 80% dos alimentos de base, recebe somente 10% dos ingressos gerados na agricultura e controla apenas 1% da terra. Trata-se, realmente, de uma disparidade. No entanto, não é uma situação que afeta apenas a mulher e tampouco a África. O homem trabalhador agrícola na África tampouco detém o controle da terra e de seus ingressos. Sua situação estará, talvez, um pouco melhor que a da mulher, mas não se pode afirmar que o homem trabalhador agrícola controla a terra e seus ingressos, e a mulher não. Quem controla toda a terra é o latifúndio, os grandes proprietários. Esse é o inimigo principal de mulheres e homens trabalhadores africanos. Se tomamos o caso dos trabalhadores agrícolas no Brasil, a situação não é muito diferente da África, e aqui tampouco se pode afirmar que os homens detêm o controle da terra e seus ingressos, e a mulher não. A divisão primordial, decisiva, se dá entre classes possuidoras e despossuídas, e não entre homens e mulheres despossuídos. Não se pode negar que

haja um descompasso entre homens e mulheres da classe trabalhadora, e que a exploração se soma à opressão, sacrificando ainda mais a mulher. No entanto, aqui se trata de buscar o caminho para a solução de um problema que afeta a ambos, homens e mulheres trabalhadores, e esse caminho é o do enfrentamento com a burguesia, cujo programa inclui as bandeiras específicas da mulher, como legalização do aborto, salário igual para trabalho igual e outras.

No entanto, isso não significa que se a burguesia deixasse de se aproveitar dessas desigualdades, a situação da classe trabalhadora de conjunto estaria resolvida. Basta lembrar que na sociedade machista, patriarcal e branca em que vivemos, nem os homens conseguem emprego e melhores condições de vida, que dirá as mulheres, os negros, os homossexuais! Por isso, é um erro centrar a política nesse aspecto, exigir uma “política de gênero”. Essas são reivindicações democráticas, que advêm de uma contradição estrutural da sociedade: o capitalismo não avança mais, as forças produtivas não se desenvolvem e, por isso, não há espaço para concessões democráticas. É o choque das forças produtivas com as relações de produção, que só pode ser resolvido pela revolução socialista, que liberará as forças produtivas para que a sociedade avance e as questões democráticas encontrem um caminho de resolução.

As políticas de gênero, ao não se assentarem na classe trabalhadora, têm de se assentar em alguma coisa. Por isso, são sempre direcionadas aos governos burgueses, aos organismos do imperialismo, ONU e FMI, como fazem as organizações que agora dirigem a Marcha das Mulheres 2000. Têm sempre à frente uma primeira-dama ou uma ONG que apelam para sua “essência feminina”, sua iniciativa pessoal para sair dos dilemas, o “jeitinho feminino” de resolver os conflitos.

A política de gênero pede à mulher que vote em mulher, não importa quem seja. O objetivo é aumentar a representação feminina no Parlamento. Tudo se passa como se não existissem mulheres burguesas e proletárias, interesses burgueses e proletários, como se um Parlamento majoritariamente feminino



votasse apenas políticas favoráveis à população. Como se votar em Margareth Thatcher, em Madeleine Albright ou Hillary Clinton fosse ajudar a mulher a alcançar sua liberação.

O mesmo ocorre em todos os documentos de mulheres da CUT, principal central sindical no Brasil, e do PT (Partido dos Trabalhadores), onde a palavra classe foi literalmente substituída pela palavra gênero. O que é um erro em todas as frentes, porque cada vez que cresce o conflito, que aumenta a opressão contra a mulher, isso estimula as mulheres a tomarem consciência de pertencerem a uma classe social definida, com interesses e princípios opostos à classe dominante, e não a tomarem consciência de pertencerem ao sexo feminino, ou ao gênero feminino. Cada vez que faz um aborto, a mulher trabalhadora se sente violando a lei, uma lei que não beneficia a ela, mas apenas à mulher burguesa. Cada vez que busca trabalho fixo e só encontra trabalho precário, ela objetivamente se sente identificada com a classe dos desempregados, e não a uma suposta consciência de pertencer ao gênero feminino. Os golpes contra a mulher a jogam contra o governo, contra a injustiça social, contra um modo de vida desumano. E não contra os homens de forma genérica. Por isso, é um crime o que fazem as ativistas que exigem a autonomia das mulheres, porque, ao invés de desenvolverem a consciência da mulher trabalhadora contra o sistema, a desenvolvem contra os homens.

O fim do capitalismo e da divisão da sociedade em classes com certeza permitirá que a mulher desenvolva plenamente suas potencialidades latentes, já que terá o controle de sua força de trabalho e sua qualificação não visará a outro interesse que o seu e o do conjunto da humanidade. O fim da sociedade em classes poderá conformar a mulher como um ser histórico diferente, participante da produção social como qualquer trabalhador.

Para Alice Rangel, a explicação para a situação da mulher no mercado de trabalho passa pela articulação da problemática da divisão sexual do trabalho com a categoria gênero. Para nós, nenhuma explicação é possível se não se articula a problemática da divisão sexual do trabalho com a relação entre as classes. Para

Maria de Jesús Izquierdo, a sociedade se estrutura em gêneros. Para nós, marxistas, ela se estrutura em classes sociais, e todos os problemas sociais têm um caráter de classe, porque se relacionam com a estrutura econômica da sociedade.

E isso não é discurso, é a realidade que nos está mostrando todos os dias. Opressão feminina é desemprego, é prostituição, é degradação, é violência, é morte por aborto sem assistência médica, é tristeza, frustração, dor. Tudo isso tem um nome: capitalismo. Nos estados operários, havia sido erradicado, e volta a aparecer, com a restauração capitalista.

Por isso, o problema da mulher trabalhadora não é ser mulher, é viver num regime capitalista. Ela não precisa rejeitar sua feminilidade, nem sua função de maternidade. Ela não precisa ver no homem um adversário. O que ela precisa é reconhecer sua própria força e unir-se - como mulher, com todas as suas potencialidades - à sua classe para lutar pelo fim da sociedade capitalista, que é a verdadeira raiz de sua opressão. Temos de fazer com que a mulher que, no seu dia a dia, se enfrenta, objetivamente, com os entraves do capitalismo – a fome, a miséria, o desemprego, a opressão sexual, a humilhação - tome consciência de quem é seu real adversário. E se disponha a fazer um chamado a seus companheiros de classe para lutarem juntos contra o capitalismo. Esse será o primeiro passo para que ela se transforme como ser histórico e possa construir uma sociedade socialista, em igualdade com o homem, onde todos os resquícios de opressão sejam atirados na lata de lixo da história.

## NOTAS

1 Las Mujeres en la Imaginación Colectiva, Paidós, 1993, cap. 1. Grifo meu. 2 Folha de S. Paulo, Caderno Mais, 15/10/00. 3 “A desigualdade em função do gênero”, em Aguantando el Tipo. Desigualdad y Discriminación Salarial, p.34. 4 Idem, p. 29. 5 K.Marx e F.Engels, Teses sobre Feuerbach. 6 K.Marx, Prefácio a Contribuição à Crítica da Economia Política, em Florestan Fernandes, Marx Engels, Col. História, São Paulo, Ática, p. 231. 7 Conforme a concepção de Marx, que separava a natureza humana em genérica e histórica. As características genéricas são as que

igualam a toda a humanidade, as históricas são as que mudam com o meio em que vive. O homem histórico e não o genérico é o que está sujeito à transformação contínua. 8 Para mais informações, ver *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*, de Maria Valéria Junho Penha. Rio, Paz e Terra, 1981. 9 Karl Marx, *Obras Escolhidas*, Ed. Progreso, Moscou, Tomo I, pp.21-22. 10 *Perspectivas Feministas em Teoria Política*, Carme Castells (org.), Paidós, p.21. 11 *Perspectivas feministas en teoría política*, Carme Castells (org.), p.21. Ed. Paidós. 12 Para mais informações sobre a mulher no mundo do trabalho, ler Ricardo Antunes, *Os Sentidos do Trabalho*, que dedica um capítulo especial ao tema. Boitempo Editorial, São Paulo, 2º ed., 2000. 13 *O Capital*, vol. I. 14 Idem, *ibidem*. 15 Organizadora do livro *Aguantando em Tipo. Desigualdad social y discriminación salarial*, publicado em Barcelona, 1999.